



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: PORTEL EDITAL Nº 02/2015 PERÍODO: 18 A 19 DE AGOSTO DE 2015 Juiz Corregedor: José Antônio Ferreira Cavalcante
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: COMARCA DE PORTEL
1.2 COMPETÊNCIA: JUÍZO SINGULAR
1.3 MAGISTRADO (A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: JUIZ TITULAR
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: A PARTIR DE 7 DE MAIO DE 2015
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO, 510, BAIRRO MANGUEIRÃO, PORTEL/PA
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: PRÉDIO PRÓPRIO
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: 1 – CENTRAL DE MANDADOS 2 – SECRETARIA CÍVEL 3 – SECRETARIA CRIMINAL 4 – ARQUIVO 5 – MINISTÉRIO PÚBLICO 6 – PROTOCOLO/DISTRIBUIÇÃO 7 – SALA DOS OFICIAIS 8 – GABINETE DO JUIZ 9 – DEFENSORIA PÚBLICA 10 – SALA DE AUDIÊNCIAS 11 – DEPOSITO DE BENS
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: <input type="checkbox"/> Boas <input type="checkbox"/> Regulares <input checked="" type="checkbox"/> Ruins Justificar: O prédio, apesar de aparentemente não apresentar riscos iminentes em sua estrutura, possui rachaduras nas paredes, em diversos pontos. <u>Desde a sua inauguração e revitalização em 2003 não houve nenhuma reforma.</u>
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: <input type="checkbox"/> Boas <input checked="" type="checkbox"/> Regulares <input type="checkbox"/> Ruins Justificar: Ausência de material humano disponível para realização de serviços externos ao prédio do Fórum, considerando ainda a pequena quantidade do valor disponibilizado para gatos com a prestação de serviços por terceiros (Suprimento de Fundo).
2.6 MOBILIÁRIO: <input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Quantidade insuficiente para a demanda atual e, alguns em condições de uso ruins.
2.7 SEGURANÇA: <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Em que pese haver a presença de vigilante no prédio do Fórum e de sistema de alarme, não há um dispositivo detector de metais ou similar. Observa-se que a cidade de Portel possui um alto índice de violência e criminalidade.
2.8 ACESSIBILIDADE: <input checked="" type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input checked="" type="checkbox"/> Ruim Justificar: A residência encontra-se em péssimo estado de conservação. Não é habitada e não há manutenção. Poderia ser utilizada como um anexo do Fórum, <u>após a instalação de um sistema de segurança</u> , para ser utilizada como arquivo, pois com a chegada do Juiz Titular houve um aumento significativo no número de julgamento de processos e o arquivo atualmente possui espaço insuficiente.
3. MAGISTRADOS
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: David Guilherme de Paiva Albano, a partir de 7 de maio de 2015.



**JUDICIÁRIO
AL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Após a chegada do titular, não houve designação de auxiliar ou substituto.

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: 8 de maio de 2015 a 4 de junho de 2015 – férias e compensação

3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Cumulação com a função de Juiz Eleitoral.

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES

Relacionar e descrever: Não há.

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:

Relacionar e descrever: Não há. O MM. Juiz Titular desejava implantar a audiência de custódia antes do lançamento do projeto pelo TJ/PA, entretanto não há um Defensor Público atuando na Comarca.

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 Elaine Neves de Oliveira (substituta)	12/05/2010	13/08/2010
02 Priscila Mamede Mousinho (substituta)	11/05/2010	31/01/2012
03 Newton Carneiro Primo (titular)	31/01/2012	05/06/2014
04 Emanuel Jorge Dias Mouta (substituto)	07/01/2013	30/03/2013
05 José Ronaldo Pereira Sales	01/04/2013	30/04/2013
06 Ângela Graziela (substituta)	08/05/2013	02/07/2013
07 Marcelo Soares Gomes (substituto)	03/07/2013	30/06/2014
08 Rute Fontenele Arraes (substituta)	01/07/2014	22/09/2014
09 Andrew Michel (substituto)	24/11/2014	06/05/2015

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: David Guilherme de Paiva Albano
Cargo: Juiz de Direito

Nome: Sirineu Lameira Gonçalves
Cargo: Auxiliar Administrativo (servidor cedido)

Nome: Suleny da Silva Oliveira
Cargo: Agente Administrativo (servidor cedido)

4.2 SECRETARIA:

Nome: Carlos Rodrigues da Silva
Cargo: Auxiliar Judiciário/Diretor de Secretaria
Ato de nomeação: 06/11/2012
Ato de lotação: 06/11/2012

Nome: Mary Correa Wakimoto
Cargo: Analista Judiciária
Ato de nomeação: 29/09/1993
Ato de lotação: 29/09/1993

Nome: Marialva Franco Pinheiro
Cargo: Analista Judiciária
Ato de nomeação: 28/08/2013
Ato de lotação: 28/08/2013

Nome: Maria Joracy Ladislau Alves
Cargo: Auxiliar Judiciária
Ato de nomeação: 18/06/1991
Ato de lotação: 18/06/1991

Nome: Sebastião Barboza da Cunha



04
f

Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: 01/10/1990
Ato de lotação: 01/10/1990

Nome: Lucivaldo Rodrigues Moreira
Cargo: Atendente Judiciário
Ato de nomeação: 22/05/1992
Ato de lotação: 22/05/1992

Nome: Andreilino Rodrigues do Nascimento
Cargo: Atendente Judiciário
Ato de nomeação: 29/09/1990
Ato de lotação: 29/09/1990

Nome: Jessé Gomes Gonçalves
Cargo: Atendente Judiciário
Ato de nomeação: 22/05/1992
Ato de lotação: 22/05/1992

Nome: Danille Kelly Sardinha Mendes
Cargo: Assitente Social (servidora cedida)

Nome: Otoniel Godinho Lobato
Cargo: Agente Administrativo (Cedido da Prefeitura)

Nome: Eumodã dos Anjos Gomes
Cargo: Mensageiro Contínuo (Cedido da Prefeitura)

Nome: Laudiane dos Santos Góes
Cargo: Estagiária

Nome: Ameline de Fátima do Nascimento Gonçalves
Cargo: Estagiária

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: 13/07/2015

Dr. ANDRÉ CAVALCANTE OLIVEIRA

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? NÃO

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: NÃO HÁ

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: PREJUDICADO

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? PREJUDICADO

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS: FORD RANGER XL CD4 22; RONDA/CG 125 FAN; HONDA/NXR150 BROS ES

6.1.1 FROTA: 3 VEÍCULOS

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

() Sim (X) Não

Justificar: Há um barco disponível para a Comarca, mas o motor foi furtado e não houve a reposição. Entretanto, o barco é de pequeno porte. Seria necessário, um barco como existe na Comarca de Breves/PA.

6.2 INFORMÁTICA:

6.2.1 ACESSO À INTERNET:

() Bom () Regular (X) Ruim

Justificar: Conexão instável. A velocidade é muito baixa para a utilização do Sistema LIBRA.

6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 16

6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra

6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1portel@tjpa.jus.br e



tjepa043@tjpa.jus.br

7. SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar: A Secretaria dispõe de móveis para acondicionamento dos mesmos.

7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar: Foi criado um método eficiente para a rápida localização de processos no setor de arquivo, com tramitação interna no LIBRA.

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(X) Sim () Não

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(X) Sim () Não

Justificar: Os servidores exercem funções em campos distintos de conhecimento, o que demanda maior especialidade.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(X) Sim () Não

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

() Sim (x) Não

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Diariamente, desde a chegada do Magistrado titular.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS PROCESUAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

2013: 3894

2014: 2526

2015: 3755

8.2 DISCRIMINAÇÕES DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA

QUANTIDADE

CIVEIS

CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)

573

CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012

14

AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL

186

CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)

00

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

41

RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)

234

CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)

1016

CRIMINAIS

PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)

518

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

84

PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI

164

TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)

211

EXECUÇÃO PENAL

27



05
 P

PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	235	
INFÂNCIA E JUVENTUDE		
ATO INFRACIONAL	130	
SITUAÇÃO DE RISCO	17	
TUTELA	03	
GUARDA	80	
ADOÇÃO	22	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	03	
CARTAS PRECATÓRIAS		
PRECATÓRIAS CIVEIS	64	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	35	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	01	
TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS	100	
INQUÉRITOS		
ACERVO CONTAGEM FÍSICA	3.717	
ACERVO CONSTANTE NO LIBRA	5.377	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	1610	1762
2013	1157	881
2014	1477	632
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: <input checked="" type="checkbox"/> 3) INICIAIS; <input checked="" type="checkbox"/> 1) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ <input checked="" type="checkbox"/> 2) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; <input checked="" type="checkbox"/> 3) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: <input checked="" type="checkbox"/> 2) IDOSO; <input checked="" type="checkbox"/> 1) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; <input checked="" type="checkbox"/> 2) AÇÕES DE ALIMENTOS; <input checked="" type="checkbox"/> 1) RÉU PRESO; <input checked="" type="checkbox"/> 1) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; <input checked="" type="checkbox"/> 1) ALVARÁ DE SOLTURA; <input checked="" type="checkbox"/> 3) POR ORDEM CRONOLÓGICA <input checked="" type="checkbox"/> 3) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	X	
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	



JUDICIÁRIO
AL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X	
INFOSEG		
CNA-CL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X	
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
10. INDICADORES CIVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): NÃO		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: SIM		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): Cumprida		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Promoção de audiências, assim como os impulsos necessários para a finalização da prestação jurisdicional.		
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 00 (não há condenados sem guia de recolhimento expedida.)		
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 49 (Relatório em Anexo)		
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim (x) Não Justificar: Não há na Vara preso condenado com pendência de expedição de guia de recolhimento, todas as comunicações necessárias já foram prestadas as Vara de Execuções Penais competentes.		
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não Justificar: É mantida uma lista atualizada com o andamento de todos os processos com réus presos. As prisões em flagrante são imediatamente submetidas à apreciação do Juiz pelo meio mais célere.		
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar: Apesar da ausência de Defensor Público na Comarca, o Magistrado vem nomeando os advogados que atuam na Comarca como defensores dativos, com a anuência deles.		
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Promoção de audiências, assim como os impulsos necessários para a finalização da prestação jurisdicional.		
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 05		
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE		
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 02		
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 01		
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00		
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (X) Não		
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA		



06
1

SÓCIOEDUCATIVA: 02
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS - EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim (x) Não Justificar: A equipe interdisciplinar é pertencente ao órgão municipal CREAS, que presta ao Juízo as informações quanto ao acompanhamento e cumprimento das respectivas medidas.
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não, normalmente os menores infratores vão para o CIAM em Belém.
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? PREJUDICADO
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Não
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXITEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim (X) Não
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim (X) Não
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim (X) Não
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? (X) Sim () Não
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Não, os presos provisórios e os condenados a regime fechado vão para Breves.
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Mensalmente é realizada uma visita a Delegacia de Polícia. Nela são mantidos custodiados presos provisórios até serem transferidos para Breves/PA com a decisão da prisão em flagrante.
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 65
14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS: 93
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE ESPOSTA: 94
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Não há.
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 65
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 04
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 00
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 00
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 00
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 33
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 338



JUDICIÁRIO
AL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 487		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
NIZOMAR MONTEIRO DA COSTA	118	30/09/2014
ARTEMIO SOARES DE OLIVEIRA	38	12/06/2015
RILDO DO SOCORRO BAIA CAMAPUM	21	10/10/2014
JESSE GOMES GONÇALVES	07	07/08/2015
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	750	102 DIAS
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	04	149 DIAS
17.7.3 ADVOGADO	95	2868 DIAS
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Desde que o magistrado titular chegou a Comarca, foi determinada a devolução dos autos que se encontravam com carga há mais de 60 (sessenta) dias, principalmente a Defensoria Pública, pois os autos eram enviados e devolvidos sem manifestação, <u>inclusive autos envolvendo réus presos.</u>		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (X) Sim () Não		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: As armas e demais objetos apreendidos são guardados em uma sala comum, com acesso restrito, mas sem oferecer muita segurança.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS (Em Anexo)		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim (X) Não Justificar: A comissão de recolhimento esteve recentemente na Comarca e recolheu todas as armas apreendidas.		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (X) Não		
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? () Sim (X) Não		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não SERVIDOR: ANDRELINO RODRIGUES DO NASCIMENTO		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não		



0x
f

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

(X) Sim () Não r:

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

A Vara, como se pode constatar nos indicadores disponíveis, apesar de ainda não atender satisfatoriamente as metas estabelecidas, tem, inegavelmente, alcançado resultados excelentes se compararmos ao último período correicional. Várias ações específicas objetivando uma prestação jurisdicional célere e eficaz (métodos específicos de gestão processual; separação de feitos considerando a classe ou outro fator de prioridade) foram e são desenvolvidas.

A Unidade Judicial estava em visível situação de abandono, sem um magistrado, membro do Ministério Público ou da Defensoria Pública efetivamente presentes, órgãos esses vitais ao andamento e finalização de quase todos os feitos em tramitação no Juízo, o que causou incomensurável acúmulo de serviço.

Atualmente, dispondo de um Juiz e Promotor de Justiça, titulares, residentes na Comarca, a prestação jurisdicional alcança a eficiência necessária ao fim que se destina. Além do que, uma equipe de servidores tem trabalhado diuturnamente, sendo apenas uma questão de tempo para se alcançar uma situação satisfatória.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

A Comarca encontrava-se em uma situação caótica quando assumi, pois possuía cerca de 5.500 (cinco mil e quinhentos) processos em tramitação, sendo 3.200 (três mil e duzentos) processos somente em Gabinete.

A ausência de um assessor jurídico (previsto somente para 2016) dificulta a tramitação processual, pois este seria responsável por elaborar minutas de despachos e decisões de menor complexidade, bem como cadastrá-las no Sistema LIBRA.

Foram desenvolvidas metas a curto, médio e longo prazo.

Em um período de 2 (dois) meses, já foi possível o cumprimento da Meta 1 do CNJ.

Existe prioridade nos autos envolvendo Réus presos, alimentos, investigação de paternidade, guarda e adoção.

O magistrado vem possuindo um zelo com a arrecadação pela UNAJ, fato este que ocasionou um aumento de mais de 500% (quinhentos por cento) na arrecadação no último mês comparado ao penúltimo.

O prédio do fórum precisa de mais atenção do Tribunal de Justiça: enviaram aparelhos de ar-condicionado, mas não enviaram um técnico para instalá-los ou verba para a instalação; enviaram um veículo Ranger, mas não há local coberto para o estacionamento; há necessidade de pintura externa e interna do prédio para melhorar a aparência e as condições de trabalhos aos servidores. Se houvesse um Defensor Público em caráter itinerante, a prestação jurisdicional seria melhor.

22 CONSIDERAÇÕES/RECOMENDAÇÕES CORREGEDORIA

1 - O prédio onde se localiza o Fórum necessita de alguns reparos/manutenção em caráter emergencial, visto que apresenta rachaduras e paredes com infiltração e mofo (item 2.4). Ademais, os banheiros não possuem bom aspecto de higiene (Item 2.5);

Providência – Oficiar à Presidência, Secretaria de Administração e Secretaria de Engenharia para que seja verificada a possibilidade de efetuar as reformas no Fórum e as adaptações necessárias;

2 – Foi identificada a ausência de Defensor Público titular, o que prejudica sobremaneira as atividades judiciais, conforme Item 5.2.

Providência: Oficiar ao Defensor Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará,



solicitando a designação de Defensor Público titular para atuação na comarca;

3 - A frota de veículos disponível não atende satisfatoriamente às necessidades da Comarca, pois a mesma até dispõe de embarcação para cumprimento de diligências na região ribeirinha, contudo além de pequena, teve o seu motor furtado (Item 6.1.2).

Providência: Oficiar à Presidência, Secretaria de Administração e Secretaria de Gestão a fim de que seja avaliada a possibilidade de aquisição de uma lancha maior para atender às demandas da Comarca;

4 - A demanda processual da Comarca necessita de eficaz acesso aos sistemas de informação. As constantes falhas ou a precariedade no acesso à internet prejudicam a celeridade e eficiência das atividades dos servidores e magistrados (item 6.2.1);

Providência: Oficiar à Secretaria de Informática para que seja avaliada a possibilidade de saneamento do problema acima identificado;

5 - O quadro de servidores se mostra satisfatório. Entretanto, há necessidade de capacitação e qualificação de todos os servidores com atuação na comarca, notadamente em relação aos sistemas informatizados, objetivando a eficácia das rotinas da secretaria judicial, até porque os servidores exercem funções em campos distintos de conhecimento, o que demanda maior especialidade. (item 7.5);

Providência: Oficiar à Presidência solicitando que, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, seja realizado curso, sob a modalidade "à distância", de atualização no novo CPC, gestão de secretaria e outros que contribuam para o aprimoramento da atividade judicial.

6- Identificou-se, também, uma discrepância entre o número de processos inseridos na Meta 02/2015-CNJ, pois a secretaria identificou 573 processos cíveis e 518 criminais, totalizando 1.091 processos, e o portal das metas informa o total de 621, entre cíveis e penais, conforme relatório em anexo. (item 8.2)

Providência: 1 - Oficiar à Secretaria de Informática e a Coordenadoria de Estatísticas para que seja identificado o motivo das discrepâncias entre as informações colhidas durante a correção e as disponíveis no site do TJE/PA, bem como para que seja avaliada a possibilidade de sanar a referida diferença de dados.

7 - Não há local adequado para os bens apreendidos, de maneira que estão sendo acondicionados numa sala comum dentro do Fórum, a qual não oferece segurança (item 18.2). Local que poderia acondicionar os referidos bens seria a residência oficial, entretanto, encontra-se em péssimo estado de conservação, muito deteriorada (item 2.9);

Providência: Oficiar à Presidência e Secretaria de Administração a fim de que seja avaliada a possibilidade de restauração da residência oficial, para que tenha outra destinação, possivelmente de arquivo geral da Comarca.

8 - Não foi identificado o cumprimento da Meta 01/2015-CNJ, em relação aos anos de 2013 e 2014. (item 9.2)

Providência: Oficiar ao magistrado titular da Comarca, a fim de que, na medida do possível, envide os esforços necessários no sentido de sanar a pendência identificada.

9 - Verificou-se a existência de 93 (noventa e três) cartas precatórias recebidas e não



08
0

devolvidas, bem como, 94 (noventa e quatro) cartas precatórias expedidas e pendentes de resposta (itens 14.2 e 14.3, respectivamente);

Procidência: Oficiar ao Juízo, a fim de que promova com mais frequência, o cumprimento das deprecatas recebidas e a cobrança das expedidas.

10 – Identificou-se que, apesar da secretaria efetuar controle/cobrança verbal, os Oficiais de Justiça possuem mandados com prazo extrapolado, sendo a data mais antiga 30/09/2014 (item 17.6), e que existem processos com carga em aberto para Ministério Público há 102 dias; à Defensoria Pública 149 dias e Advogados há 2.868 dias.

Providência: Determinar que a Secretaria, após efetuar a cobrança aos oficiais de justiça e verificando que estes não promoveram a devolução dos mandados com prazo extrapolados, comunique imediatamente essa situação ao Magistrado responsável pela unidade, para que sejam adotadas as medidas administrativas que entender cabíveis. No que diz respeito às cargas em aberto para o MP e Advogados, também se faz necessária a efetiva cobrança para que seja dado o regular processamento aos feitos. Em relação à Defensoria Pública, solicitar a devolução dos autos, para que se proceda a nomeação de advogados dativos, minimizando-se, portanto, os prejuízos ao jurisdicionado.

Anexo: Processos analisados por amostragem.

JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da CJCI

ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO
Assessor Jurídico

CARLOS PINTO DA SILVA JR.
Analista Judiciário

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26